Recurso n° 143/2002

Data : 20 de Fevereiro de 2003

- Assuntos:** - Meio de prova proibido
- Polícia como testemunha
 - Declaração do arguido
 - Conversas informais do agente de polícia com arguido
 - Conhecimento directo sobre os factos
 - Crime de rapto
 - Concurso real
 - Crime de extorsão
 - Crime de roubo
 - Crime de sequestro

SUMÁRIO

1. Trata-se o n° 7 do artigo 337 do Código de Processo Penal de uma disposição impeditiva da inquirição como testemunha a polícia criminal que tiver recebido declarações do arguido ou outras pessoas que tiverem participado na recolha das declarações, sobre o conteúdo das declarações do arguido, garantindo, assim, o direito do arguido por forma de evitar que as suas declarações cuja leitura não é legalmente permitida sejam indirectamente confirmadas por testemunha que se limitou a conhecer o facto através das declarações do mesmo arguido. E, em consequência, proíbe que o Tribunal forme a sua convicção com base nesse depoimento da testemunha.

2. Os agentes de polícia criminal podem testemunhar sobre todos os factos de que tenham conhecimento directo, e só não podem ser objecto de depoimento por parte dos órgãos de polícia criminal que tiverem recebido declarações do arguido os factos que eles conheceram apenas através dessas declarações.
3. Se dos autos não constarem as declarações forais do arguido nem tiver procedida a leitura destas declarações, sem ficar prejudicado o direito do arguido, a inquirição do agente de polícia, que tiver intervindo na investigação criminal, não está viciada pela violação do disposto no artigo 337º nº 7 do CPP.
4. Podendo existir umas conversas informais entre o dito agente e o arguido e este oferecendo algumas “informações” em conformidade das quais a polícia efectuou as diligências e verificou a verdade do facto, nada impede que o mesmo agente viesse a depor sobre as diligências efectuadas.
5. O rapto é, no fundo, um furto de pessoa, bastando uma intenção de levar para a extorsão sem exigência da consumação do *crime-fim*.
6. Há concurso real entre o crime de rapto e o crime de extorsão quando o arguido haja tirada uma pessoa de um lugar para outro, com a intenção ou objectivo de extorsão, e efectuou depois o acto de constrangimento do pagamento do resgates.
7. São elementos constitutivos do crime de extorsão:
 - a) emprego de violência ou ameaça, ou a colocação da vítima na impossibilidade de resistir;
 - b) constrangimento, daí resultante, a uma disposição patrimonial que acarrete prejuízo para a vítima ou para terceiros;

- c) Intenção de conseguir para si ou para terceiro um enriquecimento ilegítimo.
8. O crime de sequestro é consumido pelo crime de roubo, quando neste se prevêem a violência e o acto de, por qualquer forma, se pôr a pessoa na impossibilidade de resistir, ideia que resultaria de o roubo, crime complexo, ter como componente a violência e a privação da liberdade que, como tal, perderiam a sua dignidade jurídico-criminal de origem.
 9. Há concurso real entre o crime sequestro e o crime de roubo quando as pessoas que não sejam titulares dos bens objectos de roubo foram privadas a sua liberdade no decurso do roubo.

**O Relator,
Choi Mou Pan**

Recurso n.º 143/2002

Recorrente: (A)

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

O Ministério Público acusou os arguidos (A), (B) e (C), pela prática respectivamente, de:

O 1.º arguido (A):

- Um crime de rapto p.p.p. artigos 154.º n.ºs 2 e 4 (vide n.º1, al. c) do CPM;
- Um crime de extorsão p.p.p. artigo 215.º, n.º2, al. a) (vide n.º1) do CPM;
- Um crime de detenção de armas proibidas p.p.p. artigo 262.º n.º1 do CPM (vide Decreto-Lei n.º 77/99/M, artigo 6.º);
- Um crime de roubo p.p.p. artigo 204.º, n.º 2 do CPM;
- Três crimes de sequestro p.p.p. artigo 152.º, n.º 1 do CPM;
- Um crime de ofensa simples à integridade física p.p.p. artigo 137.º do CPM;

- Dois crimes de falsificação de documento p.p.p. artigo 244º, n.º 1 do CPM;
- Dois crimes de uso de documento de identificação alheio p.p.p. artigo 251º, n.º 2 do CPM.

As 2ª arguida (B) e 3ª arguida (C):

- Um crime de uso de documento de identificação alheio p.p.p. artigo 251º, n.º 1 do CPM;
- Um crime de falsificação de documento p.p.p. artigo 244º, n.º 1 do CPM.

O arguido (A) contestou, oferecendo o merecimento dos autos, e tendo arrolado as testemunhas da sua defesa.

Foi realizada a audiência do julgamento.

No decurso da audiência, tendo efectuado a inquirição da 5ª testemunha da acusação, (D), no dia 21 de Maio de 2002, o Colectivo deliberou que:

- “A presente testemunha acaba de referir no seu depoimento que durante o rapto da sua filha contactou as Autoridades Policiais, e que estas seguiu o caso e o aconselharam nos procedimentos a tomar.
- Em face do exposto considerando que não se mostram arroladas como testemunhas quaisquer pessoas ligadas à investigação do caso, prevenindo, face à posição de silêncio do arguido, a necessidade de ouvir essas pessoas em nome de busca da verdade material, ao abrigo do disposto nos artºs 321º nº 1 e 304º b) do CPP desde já determino a comparência dos Senhores (L) e

(M) para deporem em julgamento considerando que estes nomes acabam de ser referidos pela testemunha ora inquirida.

- No final de sessão designarei dia e hora desse depoimento.”

A testemunha (M) ora arrolada foi inquirida na audiência realizada no dia seguinte. Nesta momento, a ilustre Mandatária do arguido (A), pediu a palavra e, concedida, disse:

- “Tendo a testemunha (M) referido que se deslocou aos apartamentos onde a vítima do rapto esteve detida cujas moradas obteve através declarações prestadas pelo arguido e que são meio de prova inadmissível nos termos do artº 337º nº7 do C.P.P. requer-se que não sejam tomadas em conta tais declarações prestadas pela testemunha acima indicado.”

Dada a palavra ao Digno Magistrado do Ministério Público, no uso dela disse:

- “O conteúdo das declarações prestadas pela testemunha não é uma reprodução das prestadas pelo arguido durante a fase de Inquérito, mas descreve a diligência realizada que resulta das suas investigações, designadamente da informação prestada pelo arguido sobre os locais onde foi sequestrada a menor.
- Assim, entendemos que a situação não se enquadram como meio de prova que leva a não permissão da sua prestação nesta audiência de julgamento e conseqüentemente opômo-nos ao pedido da Ilustre defensora.”

Dada a palavra à defensora das arguidas, como consta da acta da fl. 2488, “foi dito que nada terem a opor”.

De seguida, o Meritíssimo Juiz Presidente, após conferenciar com as Meritíssimas Juizes Adjuntas, proferiu o seguinte despacho:

“Indefere se ao requerido pela defesa pelas seguintes razões:

- Não se trata de leitura de declarações do arguido. O artº 338º do C.P.P. prevê apenas leitura de declarações.
- Não pode o legislador ter pretendido que declarações do arguido não formalizadas não possam servir de base à investigação e que depois os agentes dessa investigação não possam em Tribunal dizer aquilo que fizeram a partir dessas declarações.
- Seria um absurdo e perante o silêncio dos arguidos não havia possibilidade de qualquer condenação.
- Há ainda que ver se as proibições referidas no artº 337º e 338º do CPP não sofrem a limitação resultante da possibilidade do contraditório quando os autores das declarações estejam presentes e quando queiram falar, situação que não sendo a do presente caso, conduz ao afastamento do presente argumento.
- Acresce que, no presente caso, a referência do depoente à postura e às declarações do arguido não respeitam à assumpção da autoria do crime.

- O depoente disse, explicou como chegou até ao arguido e que, depois, o arguido os conduziu às casas onde a criança tinha sido raptada. Ora estas declarações nada têm a ver com quaisquer factos que estejam descritos na acusação.

Por todas estas razões se indefere ao requerido”.

Notificada perante a audiência, como consta da acta da fl. 2488v, a defensora constituída do arguido pediu a palavra e, sendo-lhe concedida, no uso dela disse: “Não se conformando com o douto despacho do Meritíssimo Juiz Presidente deste Tribunal Colectivo, dele vem interpor recurso nos termos da lei e que será oportunamente motivado”.

Apresentada a motivação escrita, para concluir que:

- “1. Vem o presente recurso interposto do despacho do Tribunal Colectivo que indeferiu o requerimento do arguido ora recorrente para que não tomasse em conta o depoimento da testemunha (M) em virtude da mesma depor sobre factos dos quais teve conhecimento por meio das declarações prestadas pelo arguido, cuja leitura não foi feita em virtude do arguido se ter recusado a prestar quaisquer declarações.
2. No termos do art. 337,º n.º 7 do CPP, os órgãos ou agentes de qualquer policia criminal não podem ser inquiridos, em audiência, quanto às declarações que perante eles tenham sido prestadas e cuja leitura não seja permitida. Mais especificamente, quanto às declarações anteriormente prestadas pelo arguido a sua leitura só será permitida se se verificar algum dos condicionalismos previstos nas alíneas do

art. 338.º, n.º 1 do CPP; não sendo assim terão de se considerar declarações cuja leitura não é permitida.

3. Esta norma surge como corolário de dois princípios: o princípio da presunção de inocência e o de que não valem em julgamento, para efeito de formação da convicção do Tribunal, quaisquer provas que não tiverem sido produzidas ou examinadas em audiência.
4. Remetendo-se o arguido ora recorrente ao silêncio no decorrer de toda a audiência de discussão e julgamento, e tendo sido trazido para ser ouvido em julgamento órgão de polícia criminal que recebeu declarações do arguido ou que participou da sua recolha, e tendo-lhe sido perguntado de que modo obteve a informação da morada dos locais onde a menor esteve sequestrada, respondendo o mesmo que através das declarações do arguido, que os levou àquelas moradas, terá que se entender tal meio de prova como ilegal porque obtido mediante violação do art. 337.º, n.º 7 do CPP, em virtude daquele facto resultar tão só e apenas das declarações prestadas pelo arguido.
5. Se a lei processual penal invalida qualquer inquirição sobre as declarações prestadas anteriormente pelo arguido, que se remete ao silêncio, não pode igualmente permitir que sejam as testemunhas inquiridas sobre factos que só lhes vieram ao conhecimento através dessas declarações, sob pena de esvaziar por completo o conteúdo e objectivo da própria norma.
6. Pois nesse caso, embora não se pudesse fazer perguntas directas sobre as declarações anteriores do arguido, bastaria perguntar à testemunha, que lhe tomou declarações ou nelas

participou, o que ficou a saber através dessas declarações para que qualquer pessoa minimamente inteligente pudesse daí discernir o conteúdo das mesmas.

7. Por outro caminho, que também tem de se considerar proibido, acaba o Tribunal por chegar ao mesmo fim: saber qual o conteúdo das declarações prestadas anteriormente pelo arguido, podendo assim usá-las para formar a sua convicção.
8. Como refere o acórdão de 06 de Junho de 1996 do Supremo Tribunal português proferido no processo 047937 in "<http://www.dgsi.pt>": "O que a lei pretende impedir ou evitar é que, tendo-se o arguido recusado, como é seu direito - art. 341.º, n.º 1 do CPP - a prestar declarações, se defraudasse esse direito fazendo ouvir as pessoas que lhe tomaram declarações para elas contarem aquilo que o arguido narrou e se recusara em audiência a narrar de novo pessoalmente."
9. Por outro lado, diz o mesmo Tribunal no Acórdão de 24 de Fevereiro de 1993: "Quando o arguido exerce o seu direito de não prestar declarações em audiência, não podem ser lidas as que anteriormente prestou no processo. Os agentes da PJ não ficam impedidos de depor sobre factos de que tiveram conhecimento directo por meios diferentes das declarações do arguido no decurso do processo, ainda que também as possam ter ouvido e que elas não possam ser lidas em audiência" (in "Código Processo Penal anotado" de Manuel Lopes Maia Gonçalves, 1997, 8.ª edição, anotação ao art. 356.º, n.º 7, que corresponde ao art. 337.º, n.º 7 do CPP vigente nesta RAEM, pag. 565).

10. O que, a contrario sensu, só pode significar que os órgãos de polícia criminal estão impedidos de depor sobre factos de que tiveram conhecimento apenas através das declarações do arguido, o que se passou *in casu*.
11. Por isso o primeiro argumento aventado pelo Tribunal para indeferir o requerido pelo arguido acaba por cair, pois apenas não permitir que a testemunha reproduza as declarações prestadas pelo arguido não chega para satisfazer a norma prevista no art. 337.º, n.º 7 do CPP.
12. Quanto ao segundo argumento, o principio do contraditório não está nem nunca esteve aqui em causa: se o arguido fez uso do seu direito ao silêncio também nunca poderão ser trazidas à audiência as declarações por ele prestadas numa outra fase do processo ou as diligências que se verificaram apenas por via daquelas, sob pena de se defraudar por completo o direito ao silêncio e o próprio art. 338.º do CPP, já que se permitirá, para além das formas previstas neste último, saber aquilo que o arguido afirmou anteriormente sem que, especifica e exactamente, sejam lidas as suas declarações.
13. Por último, acresce que no presente caso e apesar dos factos relatados pela testemunha não estarem consignados nos factos de que o arguido vem acusado nem respeitarem à assumpção da autoria do crime pelo arguido, são o bastante para que o Tribunal possa fundamentar a sua convicção, que como todos sabemos, é livre.
14. Não é verdade que as declarações do arguido ora recorrente prestadas na PSP não tenham sido formalizadas em auto já

que o auto de noticia de fls. 1348 a 1350 contem essas declarações.

15. Ao reproduzir em acta o que a testemunha acima mencionada revelou, à pergunta como o arguido tinha conhecimento daquelas moradas, o Tribunal recorrido veio dar razão ao ora recorrente, já que a testemunha acabou por depôr sobre o conteúdo das declarações prestadas pelo arguido, o que se pode verificar pela acta da audiência do dia 23 de Maio de 2002.
16. O Tribunal recorrido violou por isso, gravemente, a norma prevista no art. 337.º, n.º 7 do CPP.
17. Devendo, em consequência, ser declarada a nulidade do depoimento da testemunha (M), nos termos do art. 107.º e 109.º do CPP, ou, à cautela de patrocínio, a sua irregularidade nos termos do art. 110.º do CPP, porque depôs sobre factos de que teve conhecimento através das declarações prestadas anteriormente pelo arguido, e de todos o actos subsequentes e daquele dependentes, *maxime* o acórdão a proferir, se o mesmo fundamentar a sua convicção naquele testemunho.”

Pedi assim a declaração nula ou irregular o depoimento da testemunha em causa.

Finalmente, após o julgamento em audiência, o Colectivo acordou em:

Condenar o 1º arguido (A) por:

1. um crime de rapto, p. e p. no artº 154º, nº 2 e 4, do CP com a agravação prevista no nº 4 do mesmo preceito acima referido, com referência ao art. 152º, nº 2, a) do mesmo diploma legal, na pena de nove (9) anos e seis (6) meses de prisão.
 - Um crime de extorsão, p. e p. no artº 215º, nº 2, al. a) do CP, com referência ao art. 198º, nº 2, a) do mesmo diploma legal, na pena de cinco (5) anos e seis (6) meses de prisão;
 - um crime de roubo, p. e p. no artº 204º, nº 2, b) do CP, com referência ao art. 198º, nº 1, f) do mesmo diploma legal, na pena de quatro (4) anos e três (3) meses de prisão;
 - três (3) crime de sequestro p. e p. no artº 152º, nº 1 do CP, na pena de um (1) anos e sete (7) meses de prisão, por cada um deles.

Em cúmulo, vai o arguido condenado na pena única e global de reze (13) anos de prisão.

2. Absolver o 1º arguido dos restantes crimes por que vinha acusado.
3. Absolver as 2º e 3ª arguidas (B) e (C) dos crimes por que vinham acusadas.
4. Condenar o 1º arguido a pagar:
 - a (D) e esposa (G) a quantia de MOP 647.800,00, a que corresponde a quantia de MOP 577.800,00 referentes à indemnização pelos danos patrimoniais sofridos relativos ao dinheiro do resgate e bens subtraídos pelos assaltantes na sua

residência e MOP 70.000,00 a título dos danos morais sofridos;

- a (W) a quantia de MOP\$30.000,00 a título de danos não patrimoniais sofridos;
- a (S) a quantia de MOP\$ 20.000,00 a título de danos não patrimoniais sofridos;
- a (T) a quantia de MOP\$ 30.000,00 a título de danos não patrimoniais sofridos;

Todas as indemnizações acima referidas acrescidas dos respectivos juros vencidos e vincendos desde a data dos respectivos factos até efectivo pagamento.

E ordenou o Tribunal que restituísse as chaves, bobina de cassete, chapas de matrícula, e a roupa apreendidas aos respectivos danos, declarando-se os óculos, luvas, meias de seda e o demais apreendido perdido a favor da RAEM, destruindo-se o que não tenha valor económico, bem como condenou o arguido pelas custas e taxa de justiça e outra remuneração legal.

Inconformado com a decisão condenatória, recorreu o arguido (A), que alegou, em síntese, o seguinte:

“1. Vem o presente recurso interposto do acórdão que condenou o ora recorrente pela prática de um crime de rapto, p. e p. no art. 154.º, n.ºs 2 e 4 do CP, com a agravação prevista no n.º 4 Com referência ao art. 152.º, n.º 2, al. a) do CP; um crime de extorsão p. e p. no art. 215.º, n.º 2, al. a) do CP com referência ao art.

198.º, n.º 2, al. a); um crime de roubo p. e p. no art. 204.º, n.º 2, al. b) do CP com referência ao art. 198.º, n.º 1, al. f); três crimes de sequestro p. e p. no art. 152.º, n.º 1 do CP; tendo sido absolvido dos restantes crimes de que tinha sido acusado, pelo que foi condenado na pena única de treze anos de prisão.

2. Nos termos do art. 337.º, n.º 7 do CPP, os órgãos ou agentes de qualquer policia criminal não podem ser inquiridos, em audiência, quanto às declarações que perante eles tenham sido prestadas e cuja leitura não seja permitida: a leitura daquelas só é permitida nos termos do art. 338.º, n.º 1 do CPP e este condicionalismo nunca se verificou no presente caso.
3. A norma prevista no art. 337.º, n.º 7 consigna proibição deste meio de prova e surge como corolário dos princípios da presunção de inocência e o de que não valem em julgamento, para efeito de formação da convicção do Tribunal, quaisquer provas que não tiverem sido produzidas ou examinadas em audiência.
4. Remetendo-se o arguido ora recorrente ao silêncio no decorrer de toda a audiência de discussão e julgamento, e tendo sido trazido para depôr órgão de policia criminal que recebeu declarações do arguido e que participou da sua recolha, ao qual foi perguntada a razão porque se dirigiu àquelas moradas, onde a menor esteve sequestrada, tendo o mesmo dito que ali foi por indicação do arguido, que confessara a prática do rapto e revelara os locais onde a menor esteve durante o período que durou o rapto, terá que se entender tal meio de prova ilegal sob pena de, por completo, esvaziar o sentido e o objectivo da

norma prevista no art. 337.º, n.º 7 do CPP, já que aquele facto resulta tão só e apenas das declarações prestadas pelo arguido.

5. Se a lei processual penal invalida qualquer inquirição sobre as declarações prestadas anteriormente pelo arguido, que se remete ao silêncio, não pode igualmente permitir que sejam as testemunhas inquiridas sobre factos que só lhes vieram ao conhecimento através dessas declarações.
6. A ser possível tal situação, bastaria perguntar à testemunha, que lhe tomou declarações ou em cuja recolha participou, o que ficou a saber através delas para que qualquer pessoa minimamente inteligente pudesse daí discernir o conteúdo das mesmas.
7. Por outro caminho, que também tem de se considerar proibido, acaba o Tribunal por chegar ao mesmo fim: saber qual o conteúdo das declarações prestadas anteriormente pelo arguido, podendo assim desta forma usá-las para formar a sua convicção.
8. Como refere o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça português de 29/06/97 *in* <http://www.dgsi.pt/>: “recusando-se o arguido a prestar declarações em julgamento, não podem aí ser inquiridos órgãos de policia criminal sobre os factos que apuraram e de que tiveram conhecimento por anteriores declarações do arguido que não foram lidas nesse julgamento.”
9. Constata-se assim, que, de facto, a audição de agentes da PSP, neste caso o (M) (cfr. recurso de decisão interlocutória que versa sobre a mesma matéria) e o (E), que receberam

declarações do ora recorrente cuja leitura não é permitida, sobre essas mesmas declarações e sobre as diligências que resultaram por via dessas declarações constitui meio de prova ilegal porque violador da norma prevista no art. 337.º, n.º 7 do CPP.

10. Estamos definitivamente em face de meio de prova proibido conforme se pode depreender daquele n.º 7, que diz “não podem ser inquiridas como testemunhas”, logo, não o podendo, significa que é proibido.
11. Restando agora apurar qual a sanção do uso de meio de prova proibido que o Juiz recorrido, apesar de alertado em requerimento para a acta para esse efeito pelo ora recorrente, continuou a valorá-lo como fundamento da sua convicção.
12. Escreve o ilustre Professor Germano Marques da Silva, no vol. II do seu “Curso de Processo Penal que “a prova proibida é nula, o que significa que é inválida, bem como os actos que dela dependerem e que ela possa afectar (...). A consequência essencial que a obtenção de uma prova proibida provoca vem a ser a sua não utilização: trata-se pois de não a tomar em conta para qualquer fim processual, é como se a referida prova não existisse.”
13. Mais defende aquele Professor, que, por causa do n.º 3 do art. 118.º (art. 105.º, n.º 3 do CPP desta RAEM), deverá o regime das proibições de prova seguir o regime das nulidades insanáveis, sendo “por isso, a nulidade resultante da produção de prova proibida (...) de conhecimento oficioso até decisão final, só se convalidando com o trânsito em julgado da decisão”.

14. É indiscutível a violação grave e profunda de normas que respeitam à formalidade da obtenção de prova em audiência de discussão e julgamento pelo Tribunal recorrido que, insistentemente e apesar de alertado, insistiu em ouvir aquelas testemunhas e formou a sua convicção com base no seu depoimento, o que é de tal forma grave que só pode resultar na invalidade dos actos em que se produziu tal prova e em todos os que lhe foram subsequentes: a audiência de discussão e julgamento, cuja repetição desde já se requer, e o acórdão que se lhe seguiu.
15. E que se requer porque não é possível fazer separar a prova que resulta de meio de prova proibido e a restante pois o recurso aos presentes meios de prova ilegais influiu, de tal forma, pela sua força em termos de produção de factos essenciais para a decisão que não é possível delimitar a influência nessa convicção dos restantes meios de prova legalmente utilizados.
16. Uma vez que foi afectada a convicção do julgador na sua totalidade só com a anulação do julgamento se consegue a reparação total dos efeitos produzidos pela nulidade.
17. A admissão de prova obtida mediante este meio proibido por lei é de tal modo avassaladora para a convicção de qualquer juiz que teria como consequência inevitável fazer com que toda a restante prova, independentemente da sua importância para o caso, fosse direccionada para o mesmo rumo.
18. Entendendo este Venerando Tribunal que se trata de meio de prova ilegal, declarando a sua nulidade, só o recorrente sendo novamente submetido a novo julgamento, no decorrer do qual

se não produza tal prova se poderão afastar por completo os efeitos daquele nulidade.

À cautela e sem prescindir dir-se-á ainda que:

19. O Tribunal recorrido agiu erradamente não fazendo subsumir aos factos o tipo do crime de rapto, limitando-se a determinar a qualificação do crime de rapto nos termos do art. 154.º, n.º 2 sem antes referir qual das alíneas do n.º 1 do mesmo artigo se verificava.
20. A entender-se que será a al. c), a única realmente aplicável, o crime de extorsão não deixa de ser consumido pelo crime de rapto.
21. Não deveria o ora recorrente ter sido condenado pelo crime de extorsão já que a noção de resgate, elemento típico do crime de rapto, consome por completo o crime de extorsão.
22. E nem se pode dizer que procede a teoria do acórdão recorrido de que existe concurso real e efectivo entre estes dois crimes uma vez que protegem bens jurídicos distintos, pois como se pode ver pelo cabeçalho do art. 154.º, n.º 1 do CP o rapto protege a liberdade de locomoção e simultaneamente a alínea c) do mesmo n.º vem pugnar pela protecção da liberdade de disposição patrimonial.
23. Por essa razão, por esse dolo específico quanto ao resgate, o recorrente responderá pela prática do crime de rapto e não de sequestro e extorsão, pois o rapto encontra-se numa relação de consumpção com aqueles dois crimes.

24. Estamos pois perante um concurso legal ou aparente de infracções e não concurso real, devendo por isso o recorrente ser absolvido da prática do crime de extorsão na sua forma qualificada ex vi art. 215.º, n.º 2, al. a) com referência ao art. 198.º, al. a), todos do CP, aplicando-se o mesmo cálculo doseométrico que serviu de base ao Tribunal de julgamento em sede de quantificação do cúmulo para redução da pena em virtude da absolvição.
25. O mesmo se diga quanto à relação entre os crimes de sequestro e crime de roubo que consome aquele.
26. Protegendo o roubo, em simultâneo, os bens jurídicos integridade física, liberdade de locomoção (designadamente quando se refere “pondo-a na impossibilidade de resistir”) e de disposição patrimonial enquanto o sequestro protege apenas a liberdade de locomoção não pode deixar de se verificar uma relação de consumpção entre os dois, sendo a norma que tipifica o roubo consumptiva da que tipifica o sequestro.
27. Pela matéria dada por provada é fácil identificar o elemento subjectivo, que não se dirige ao sequestro mas sim e tão só ao roubo: após terem amarrado as vitimas “vasculharam para encontrar dinheiro e artigos preciosos” e foi só durante o período de tempo necessário para efectuar tal operação que perdurou a impossibilidade de locomoção por parte das três vitimas.
28. “É que o crime de roubo consome o crime de sequestro quando este serve estritamente de meio para a prática daquele, é o que sucede, nomeadamente, quando os arguidos

imobilizam a vítima apenas durante os momentos em que procedem à apropriação das coisas móveis. O crime de sequestro, pelo tempo em que demorou a prática do roubo, é consumido por estr.” - Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 19/12/2001 in <http://www.dgsi.pt>.

29. Não sendo, portanto, possível determinar, no presente caso e perante a matéria dada por provada, qual o preciso momento em que as vítimas de sequestro viram recuperada a sua liberdade de locomoção terá que se fazer uma interpretação *in dubio pro reu* dos factos.
30. E assim também absolver o arguido da prática de três crime de sequestro, consumidos pelo crime de roubo, aplicando-se o mesmo cálculo doseométrico que serviu de base ao Tribunal de julgamento em sede de quantificação do cúmulo para redução da pena em virtude da absolvição.

Pede que se declare a nulidade das declarações prestadas pelas testemunhas (E) e (M), nos termos do recurso da decisão interlocutória, e, em consequência, se declare a nulidade do julgamento e do acórdão subsequente; ou, meramente à cautela de patrocínio, se absolve o recorrente dos crimes de extorsão e de sequestro em que foi condenado.

O Ministério Público respondeu dos recursos, alegando, em síntese, que:

1. As declarações dos agentes policiais limitaram-se a reportar uma diligência que intervieram directamente e não uma reprodução das declarações do arguido junto dos órgãos

policiais, pelo que não se verifica qualquer violação dos art. 337º e 338º do CPPM;

2. Aliás foi claro na descrição sobre os fundamentos de convicção do Tribunal *a quo* que nunca tinha valorado as declarações não lidas do arguido, mas apenas as diligências efectuadas pelos agentes com intervenção directa;
3. O crime de rapto e extorsão visam proteger bens jurídicos distintos, no primeiro a liberdade ou direito de locomoção e o segundo o património;
4. A enumeração das al. a) a d) do no. 2 do art. 154º refere apenas ao dolo específico da conduta criminosa, e a extorsão em si constitui um crime de resultado alheio ao de rapto, pelo que não se trata de concurso aparente mas real;
5. O mesmo diz respeito aos crimes de roubo e sequestro, que visam proteger o património e a liberdade de locomoção respectivamente;
6. Pelo que não há qualquer concurso aparente, antes pelo contrário um concurso real dos crimes.

Nesta instância, a Digna Procurador-Adjunto apresentou o seu douto parecer (constantes das fls. 2595 a 2600v) no sentido de negar provimento ao recurso.

Foram colhidos os vistos legais dos Mmºs Juíze-Adjuntos.

Cumpre-se decidir.

À matéria de facto, foi dada assente a Seguinte factualidade:

- Em data não determinada, o arguido (A) e outros indivíduos não identificados decidiram pôr em prática o plano que preparavam desde há algum tempo.
- Para isso, o arguido (A) e outros decidiram utilizar primeiramente duas senhoras para tomar de arrendamento duas fracções autónomas a fim de facilitar a execução do plano deles. Assim, tomaram de arrendamento respectivamente a fracção autónoma que fica no mesmo piso da residência do (D), ou seja a moradia “B” do Xº andar do Edif. “XX” da Taipa, e também a fracção autónoma “B” do Xº andar do bloco 1 do Edif. “XX” da Taipa.
- No dia 18 de Maio de 2000, uma daquelas senhoras a mando do arguido (A) e outros assinou um contrato de arrendamento com a esposa do (D), (E) relativo à moradia “B” do Xº andar do Edif. “XX”, Taipa, que fica no mesmo piso da residência do (D).
- No acto da assinatura do contrato, aquela senhora utilizou um BIRM pertencente a (R) (n.º 7/xxxxx/8).
- Na altura, aquela senhora assinou, imitando a assinatura da (R) constante no BIRM, no contrato de arrendamento.
- Com aquele arrendamento, da supracitada fracção autónoma, procurava-se vigiar directamente a casa do (D), a fim de em altura oportuna executar o assalto e rapto.
- No dia 25 de Maio de 2000, uma outra senhora assinou um contrato de arrendamento com o (U) relativo à moradia “B” do 1º andar do bloco X, do Edif. “XX”, Taipa.

- No acto da assinatura do contrato, esta senhora utilizou um BIRM pertencente a (F) (n.º 7/xxxxx/6).
- Na altura, esta senhora assinou, imitando a assinatura da (F) constante no BIRM, no contrato de arrendamento.
- Com o arrendamento da supracitada fracção autónoma procurava-se ali esconder a pessoa que iriam raptar.
- A hora indeterminada do dia 30 de Maio, o arguido (A) e dois indivíduos não identificados levaram consigo os instrumentos de assalto (pistola/s, cordas de plástico transparentes, luvas de operário, meias de seda e adesivos para caixote) e chegaram sucessivamente à moradia “B” do Xº andar do Edif. “XX”. fracção autónoma que previamente arrendaram, a fim de se prepararem para executar o plano de roubo e rapto.
- Até que em determinado momento, antes das 5 horas da tarde do dia 30 de Maio e os outros dois indivíduos não identificados saíram da moradia “B”, esconderam-se nos corredores para fuga de fogo do piso em causa, ali os mesmos encapuzaram-se de meias de seda e cada qual munuiu-se de uma pistola e dos restantes instrumentos de assalto, para aguardar o momento oportuno para acção.
- Por volta das 5 horas da tarde, do mesmo dia, a mãe do (D), (S), abriu a porta da residência, moradia designada por “E”, e preparou-se para queimar incenso por fora da casa.
- Mal ouviram o som que a (S) causou na abertura da porta, o arguido (A) e outros, munidos todos de pistolas, saíram, correndo, imediatamente dos corredores para fuga de fogo e empurraram a (S) para dentro da moradia “E”.

- Na altura, (G) e a sua filha (W) estavam na moradia “E”.
- Após a entrada na residência, o arguido (A) e outros apontaram com pistolas à (S), (G) e (W), e disse “assalto”.
- A seguir, o arguido (A) e outros ataram com cordas de plástico transparentes previamente preparadas as mãos e os pés da (S), (G) e (W), e vedaram ainda com adesivos os olhos e as bocas das mesmas, e de seguida começaram a vasculhar para encontrar dinheiro e artigos preciosos.
- Durante o período em que o arguido (A) e outros permaneciam na dita moradia, o (D) chegou a ligar para o telefone fixo da casa (8xxxx4) e ao telemóvel da (G) (66xxxx0).
- Inicialmente, o arguido (A) e outros não deixavam a (G) atender a chamada.
- O (D) viu que ninguém atendia as suas chamadas, por isso, levantou suspeitas, assim, telefonou para sala de guarda do Edif. “XX”, pedindo ao guarda (T) para que fosse à moradia dele para ver o que se estava a passar.
- Posteriormente, o (D) tornou a ligar para a (G), desta vez, o arguido (A) e outros autorizaram a (G) a atender a chamada.
- No telefone o (D) disse à (G) que acabou de pedir ao guarda do edifício para ver o que se passava. Nesta mesma altura, o guarda (T) chegou à porta da dita moradia e começou a tocar a campainha.
- Um dos indivíduos não identificados, ao ver a situação, julgou que o plano já estava fracassado, por isso, deu um golpe brutal

com o punho da pistola que trazia na mão na cabeça da (G), o que causou os ferimentos descritos no relatório de medicina legal, constantes a fls. 2071 dos autos, e foi causa directa de 7 dias de doença.

- Depois, o mesmo indivíduo, munido de uma arma, abriu a porta principal da moradia e com a mesma intimidando o guarda (T), obrigou-o a entrar na moradia, acabando também por atar as mãos e os pés do mesmo.
- O arguido (A) e os outros receou que mais alguém aparecesse na dita moradia, por isso, tirou à força a chave da viatura da (G), e bem assim, obrigou-a a fornecer o número da chapa de matrícula (MG-51-XX) da sua viatura que se encontrava estacionada no silo do prédio em causa; e ao mesmo tempo subtraiu da (G) cinco mil e trezentos dólares de Hong Kong, setecentas patacas, um telemóvel de marca "Motorola" - V (66xxxx0), que custava cerca de cinco mil patacas, e ainda uma máquina de jogos electrónica de marca "Gameboy" que se encontrava na moradia e que custava cerca de trezentas patacas.
- O arguido (A) e outros decidiram levar (W).
- Por isso, o arguido (A) pegou à força a (W) ao seu colo e deixou a moradia juntamente com os outros indivíduos.
- Antes de saírem, o arguido (A) e outros exigiram à (G) para que preparasse dois milhões de dólares de Hong Kong a fim de resgatar a (W).
- O arguido (A) e outros levando a (W) saíram da moradia "E" do Xº andar do Edif. "XX" através da escadaria do prédio

dirigiram-se ao silo do prédio, e, tomando um deles a condução da viatura n.º MG-51-XX deixaram todos o edifício.

- Um dos indivíduos, conduzindo a viatura, dirigiu-se ao silo do Edif. "XX" da Taipa e assim o arguido (A) e os outros levaram a (W) para ser sequestrada e vigiada na moradia "B" do Xº andar do bloco X do mesmo prédio que previamente havia sido tomado de arrendamento.
- Dois dias depois, o arguido (A) e os outros indivíduos não identificados utilizando uma viatura cuja chapa de matrícula se desconhece transportaram a (W) para uma das moradias de andares superiores do Xº bloco do Edif. "XX" para continuar a ser sequestrada. Cerca de 10 dias depois, indivíduos não identificados novamente transportaram a (W) para a moradia "D" do 5º andar do Edif. "XX", n.º X, da Rua de Entre Campos, para ali continuar a ser sequestrada, não deixando a (W) sair da mesma.
- Posteriormente, um daqueles indivíduos não identificados chamou o arguido (A) para se dirigir à moradia "D" do 5º andar do Edif. "XX", n.º X, da Rua de Entre Campos para continuar a vigiar a (W).
- Cerca de dois dias depois um dos referidos indivíduos, não identificado, tirou fotografias à (W). Alguns dias depois, tomaram gravações da (W).
- Às 20H46 do dia 6 de Junho de 2000, um dos suspeitos que participaram na execução deste plano de rapto telefonou à casa do (D) (8xxxx4), exigindo ao (D) para que preparasse dois

milhões de dólares de Hong Kong em dinheiro a fim de resgatar a (W).

- No dia 12 de Junho de 2000, pelas 14H56, os suspeitos tomaram a ligar para o telemóvel do (D) (68xxxx1) e a outra parte exigiu ao (D) para que se dirigisse ao Istmo da Taipa - Coloane para ali recolher um rolo de negativo de fotografias por baixo da estátua referente ao signo do ano lunar do galo.
- Por isso, (D) e (G), conduzindo a viatura MG-51-XX, dirigiram-se ao local supramencionado e aí apanharam um rolo de negativo de fotografia.
- Após reveladas as fotografias, verificou que continha 6 fotografias recentes da (W) (cujo pormenor se consta a fls. 431 - 433 dos autos). Essas 6 fotografias são as tais tiradas por um dos indivíduos não identificado.
- Desde que (W) foi raptada, um indivíduo de identidade desconhecida que tinha participado na execução da acção do rapto chegou por várias vezes através da via telefónica a contactar com (D) e (G) para exigir dois milhões de dólares de Hong Kong, e ainda ameaçando que caso não pagasse o dinheiro mataria a (W).
- Em virtude das ameaças recebidas e também para tentar resgatar a (W), o (D) angariou quinhentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong.
- Os referidos indivíduos após tomarem conhecimento de que o (D) conseguiu angariar quinhentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong, através da via telefónica ordenaram ao (D) e a (G) para se deslocarem para vários sítios do território para evitar a

perseguição policial, a fim de escolher um local e hora para o recebimento de resgate.

- No dia 30 de Junho de 2000, por volta das 22H15, os referidos indivíduos deram instruções ao (D) para que levasse consigo o tal montante em dinheiro e seguisse da Avenida da Horta e Costa, passando pela Rua de Ribeiro do Patane em direcção à Avenida de Almeida Ribeiro.
- O (D) pôs os quinhentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong no interior de um saco de pano e seguiu o caminho indicado pelos indivíduos.
- Nessa dia por volta das 22H50, o (D) chegou para junto do Hotel Grande, neste preciso momento, uma motorizada com passageiro no traseiro de repente aproximou-se a beira dele, e o passageiro que vinha da motorizada imediatamente se desceu da mesma e ordenou ao (D) para que lhe entregasse o supramencionado saco de pano que continha os quinhentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong. Assim, o (D) entregou-lhe o referido saco. Após regressado à motorizada, o seu condutor arrancou e ausentaram-se do local.
- Os referidos indivíduos que intervieram neste plano de rapto receberam esses quinhentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong de resgate.
- Após a entrega do resgate a (W) continuou a ser vigiada. Por volta das 21H00 do dia 6 de Julho de 2000, um dos indivíduos, não identificado, utilizando uma motorizada cuja chapa de matrícula se desconhece, transportou a (W) para perto da Travessa do Bálsamo de Macau, e aí soltou-a.

- O arguido (A) agiu livre, consciente e voluntariamente.
- Ele em conjunto com os outros planejaram as referidas actuações, distribuíram tarefas e em conjugação das forças puseram em prática o referido plano, e além disso aceitaram e concordaram com todas as actuações dos restantes indivíduos acima referidos.
- Ele em colaboração com os outros empregou violência para levar consigo a (W) e privou da liberdade a mesma nos diversos supramencionados sítios, com o objectivo de obter dos familiares da (W) o dinheiro do resgate.
- Ele embora tivesse plena consciência que não tinha o direito de exigir dinheiro junto dos familiares da (W), mesmo assim, sob pretexto de graves consequências ameaçou os familiares da mesma a fim de obrigá-los a entregar-lhes o montante em dinheiro exigido.
- Ele sabia plenamente que a lei proíbe e pune supracitada.
- A (W) quando foi levada à força pelo arguido (A) e outros ainda não tinha completado 16 anos de idade.
- A criança durante o tempo que esteve raptada sofreu tristeza, saudades da família e ansiedade pela sua sorte. Posteriormente aos factos ficou receosa e assustada, tendo maus sonhos e perturbação do sono.
- Os pais e avó da criança, (K), sofreram tristeza, saudades e ansiedade pela sorte da filha e neta.
- O veículo da (G) veio a ser recuperado sem estragos.

- O pai da criança teve de negociar a venda de um imóvel para pagar o resgate.
- O arguido era ajudante de uma oficina e tinha o seu vencimento, aparentando ser uma pessoa calma no relacionamento com os outros.

*

- O arguido (A) , por sentença de 31/05/1996, processo de Sumário-Crime n.º 856/96, foi julgado e condenado como autor do crime p.p.p. artigo 1º, n.º 2 do D.L. 11/93/M, de 15 de Março, na pena de três (3) meses de prisão e igual tempo de multa à razão de MOP\$50.00 diária, pena de prisão que foi suspensa pelo período de 3 anos; Por despacho de 07/07/1999, foi declarada extinta a pena aplicada.
- Por sentença de 12/06/1997, foi condenado em \$2,000.00 em multa, em alternativa, 30 dias de prisão, por um crime p.p.p. artigo 23º, al. a) do DL 5/91/M de 28/1.
- Por sentença de 05/02/1998, foi condenado na multa de três mil e quinhentas patacas, convertível em quarenta e seis dias de prisão por uma contravenção p.p.p. artigo 67º, n.º 1 do C.E.
- Nada consta do CRC relativamente às arguidas (B) e (C).

*

Não se provou:

- Em princípios de 1999 (desconhecendo a data concreta) o arguido (A) em conluio com outros três indivíduos respectivamente de nome (Z) (alcunha Chi Sok), (V) e (Y)

(relativo a estes três indivíduos está em curso um outro inquérito sobre o eventual crime a serem implicados), começaram a discutir sobre um eventual assalto na residência do (D), Taipa, Edif “XX”, Xº andar “E”, acordaram ainda que caso não conseguirem roubar bens ou dinheiro, raptavam elementos da família do (D) para lhe exigir dinheiro de resgate.

- A operação supracitada é organizada essencialmente pelo (Z) e (Y), mas executada pelo arguido (A) e o (V). Ao mesmo tempo, participaram neste plano outros indivíduos cujas identidades se desconhecem.
- Para pôr em prática o supracitado plano de roubo e rapto, o arguido (A) directamente e em conjunto com o (Z), (V) e (Y) efectuaram actos preparativos longo período de tempo.
- Os actos preparativos deles se incluíam a aquisição de três pistolas, umas cordas de plástico transparentes, vários pares de luvas de operário, meias de seda, adesivos para caixote, cartões SIM de telemóveis, e montar vigilância junto da residência do (D).
- Não se provou que os outros indivíduos, para além do arguido (A), que executaram o plano e as acções do assalto, roubo e rapto acima descritos tenham sido o (Z), o (V) e o (Y).
- Foi em princípios de Maio de 2000 que decidiram pôr em prática o plano que preparavam desde há muito tempo.
- As duas senhoras que tomaram de arrendamento as referidas fracções vieram como turistas de China para Macau e eram as arguidas (B) (na altura era titular do Salvo-Conduto para Ida e Volta para Hong Kong e Macau n.º 5xxx28 da RPC) e (C) (na

altura era titular do Salvo-Coduto para Ida e Volta para Hong Kong e Macau n.º 51xxxx0 da RPC), sendo ambas amigas do (A).

- Na noite do dia 28 de Maio de 2000, o arguido (A), o (Z), o (V) e o (Y) estiveram reunidos numa fracção autónoma do Xº bloco do Edif “XX”, Taipa, para tomarem as últimas decisões relativas a toda a operação. Ficou assente que serão os três, o arguido (A), o (V) e o (Y) quem entrarão na residência para efectuar o acto de roubo e rapto, enquanto que o (Z) se responsabilizará pelo comando da acção e vigilância por fora.
- Que foi por volta da zero hora do dia de 30 de Maio de 2000 que os indivíduo não identificados e o arguido (A) levaram consigo os instrumentos de assalto.
- Que foi por volta das 3 horas da tarde, do dia 30 de Maio que o arguido (A) e os indivíduo não identificados saíram da moradia “B”.
- Que foi por não conseguirem muito dinheiro que decidiram levar a (W).
- A dita viatura MG-51-XX custava cerca de cento e setenta mil dólares de Hong Kong.
- Cerca de dois dias depois de o arguido (A) de ter começado a vigiar a (W) na supracitada morada, o (Z) ordenou ao arguido (A) para tirar fotografias à (W). Alguns dias depois, o (Z) ordenou novamente ao arguido (A) para que tomasse gravações da (W).
- Após terem obtido esses quinhentos e cinquenta mil dólar Hong Kong de resgate, o (Y) e o (V) dirigiram-se à moradia “D” do 5º

andar do Edif “XX”, n.º X da Rua de Entre Campos, e aí fizeram uma entrega de cem mil dólares de Hong Kong ao arguido (A).

- Posteriormente, o arguido (A) gastou todo esse dinheiro.
- Num determinado dia após de o arguido (A) e outros terem recebido o dinheiro de resgate, o (Z) veio à moradia “D” do 5º andar do Edif. “XX”, n.º X da Rua de Entre Campos, para avisar ao arguido (A) para se dirigir à China continental para se esconder por um certo período de tempo. Por isso, o (A) deixou a supracitada moradia e se dirigiu à China continental.

*

Na indicação das provas que servem para a formação da convicção do tribunal, o Tribunal afirmou que:

A convicção do Tribunal, perante o silêncio a que o arguido (A) se remeteu, em sede de julgamento, baseou-se na apreciação valorativa dos depoimentos das testemunhas produzidos em audiência e assim no depoimento da criança raptada, dos pais, da avó e do porteiro quanto ao desenvolvimento dos factos e das acções relacionadas com o presente caso por si presenciados e vividos.

Em particular, o detalhe relativo ao reconhecimento do arguido por parte da criança e da mãe da criança, embora pela estatura e linha do corpo, - já que sempre usou a cabeça coberta - sendo que o arguido tem características físicas marcantes, tais como uma pessoa forte e gorda, cabeça redonda, pescoço curto, ombros largos e descaídos. Reconhecimento ainda pelo porteiro que, pela estatura e forma de corpo, referiu que tais características lhe davam uma certeza de 60/70%.

O Tribunal louvou-se ainda no depoimento de (M) que relatou ao Tribunal as diligências feitas, tendo sido ele que coordenou a investigação do caso numa determinada fase, por parte da equipa da PSP, descrevendo a forma como chegaram ao arguido (A), através dos telefones utilizados e pelos contactos feitos com uma senhora que alugou um apartamento no prédio dos ofendidos, apartamento esse que se encontrava vazio, e a partir dos números de telefone utilizados pelo 1º arguido, sendo que a polícia já estava na posse de informações que o relacionavam com outros casos de rapto.

Depois de contactado o 1º arguido, este admitiu o seu envolvimento no presente caso e conduziu os agentes aos diversos apartamentos onde a criança estivera raptada, criança que veio a reconhecer tais apartamentos como sendo os locais para onde foi levada e onde esteve durante o seu cativo.

O referido depoente referiu ainda que a criança reconheceu o 1º arguido através de uma tatuagem que ele tinha no braço, para além da estatura do mesmo e pelo depoente foi dito que a tatuagem anteriormente descrita pela criança era aquela que o arguido tinha efectivamente no braço. A este propósito, assinala-se que o agente da PJ ouvido em audiência referiu que a tatuagem indicada pela criança não correspondia àquela que o arguido tinha no braço, não se deixando de assinalar que este agente nada mais referiu de concreto em termos de investigação – não obstante ter conduzido as investigações por parte da PJ – de forma a confirmar a prática do crime pelo arguido, remetendo o Tribunal para as diligências feitas pela PSP.

O Tribunal relevou ainda o depoimento do agente da PSP (E) que se deslocou aos diversos apartamentos, conduzido pelo arguido, tendo descrito a postura deste, como estando à vontade e sem hesitações.

O Tribunal cruzou ainda as chamadas telefónicas efectuadas e constatou que os 2 números 6xxxx2 e 6xxxx7 (fls 1210 dos autos) não pertenciam ao arguido, mas foram utilizados por ele, chamaram para o “pager” do dono da Ca de imobiliário que foi contactado para arranjar um apartamento para a prática dos factos descritos.

Não se deixaram de analisar as listagens das chamadas feitas, os conteúdos dos telefonemas cujas escutas foram autorizadas e relevou-se o relatório de exame médico de fls 2071, as factos juntas aos autos, em particular as de fls 431 a 433, bem os CRCs dos arguidos.

Quando às 2a e 3a arguidas, muito embora se tenha confirmado o uso de documento alheio e de documento falso, nos aludidos arrendamentos, conforme documentado nos autos, não se comprovou que tenham sido elas as autoras de tais factos.

Conhecendo.

Comecemos por apreciação do recurso interlocutório.

1. Recurso interlocutório

Imputou o recorrente ao Tribunal *a quo* a violação do disposto no artigo 337º nº 7 do Código de Processo Penal, pois o Tribunal tomou em conta o depoimento da testemunha (M) que depôs sobre factos dos quais teve conhecimento por meio das declarações prestadas pelo arguido, cuja leitura não foi feita em virtude do arguido se ter recusado a prestar quaisquer declarações. Pediu assim a declaração da nulidade, ou irregularidade do depoimento da mesma testemunha.

A questão levantou-se quando o Tribunal, tendo ordenado a inquirição oficiosamente das testemunhas agentes da polícia (por ter considerado “que não se mostram arroladas como testemunhas quaisquer pessoas ligadas à investigação do caso, prevenindo, face à posição de silêncio do arguido (A), a necessidade de ouvir essas pessoas em nome de busca da verdade material, ao abrigo do disposto nos artigos 321º nº1 e 304º b) do Código de Processo Penal”), indeferiu o requerimento do arguido que não tomasse em conta tais “declarações prestadas pela testemunha acima indicada (por a testemunha ter referido que se deslocou aos apartamentos onde a vítima do rapto esteve detida cujas moradas obteve através declarações prestadas pelo arguido e que são meio de prova inadmissível”.

O que pretendeu o recorrente, se bem ajuizamos, é que, no fundo, impedisse a produção de prova, como ele citou, nos termos do artigo 337º nº 7 do Código de Processo Penal, por ter entendido ser meio de prova proibido.

Vejamos.

Dispõe o artigo 337º nº 7 do Código de Processo Penal:

“ ...

7. Os órgãos de polícia criminal que tiverem recebido declarações cuja leitura não for permitida, bem como quaisquer pessoas que, a qualquer título, tiverem participado da sua recolha, não podem ser inquiridas como testemunhas sobre o conteúdo daquelas.

...”

Trata-se este artigo de uma disposição impeditiva da inquirição como testemunha a polícia criminal que intervenha no inquérito, que

contende com a proibição de ser inquirido como testemunha a polícia criminal ou outras pessoas sobre o conteúdo das declarações do arguido. Esta proibição pressupõe que, sendo a testemunha polícia criminal, tiver recebido declarações do arguido e estas declarações não são permitidas a sua leitura em audiência, sendo a testemunha qualquer outras pessoas, tiver participado da recolha das declarações.

Com tal disposição pretende a lei garantir o direito do arguido por forma de evitar que as suas declarações cuja leitura não é legalmente permitida sejam indirectamente confirmadas por testemunha que se limitou a conhecer o facto através das declarações do mesmo arguido. E, em consequência, proíbe que o Tribunal forme a sua convicção com base nesse depoimento da testemunha.

Como consideram os Drs. Leal-Henriques e Simas Santos na anotação ao artigo 337º do Código de Processo Penal, “por força do nº 7 não é permitida a reprodução do conteúdo das declarações cuja leitura não é autorizada, com recurso a quem as tiver recolhido”.¹

Porém, os órgãos de polícia criminal podem testemunhar sobre todos os factos de que tenham conhecimento directo, só não podendo ser objecto do seu depoimento os conhecimentos que tiverem obtido através de depoimentos cuja leitura seja proibida ou que deveram ser reduzidos a auto e não foram, sendo a leitura desse auto também proibida.²

Também assim entende o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, “o agente policial não está impedido de depor sobre factos de que possua conhecimento directo obtido por meios diferentes das declarações que recebeu do arguido no decurso do processo, mesmo nos casos do artigo 356º nº 7 do CPP (equipara ao artigo 337º nº 7 do CPP de Macau), ou seja,

¹ *In* Código de Processo Penal de Macau anotado, 1997, p. 707.

² Vide o Prof. Germano Marques da Silva, *in* Curso de Processo Penal, II, 1993, p. 140;

ainda que tenha obtido declarações do arguido cuja leitura não seja permitida em julgamento”.³ E “só não podem ser objecto de depoimento por parte dos órgãos de polícia criminal que tiverem recebido declarações do arguido os factos que eles conheceram apenas através dessas declarações.”⁴

Nada impede que no caso do seu legítimo direito de recusar prestar declarações, em termos formais, isto é, exaradas em auto com observância das prescrições impostas pelas lei de processo, o arguido possa fornecer às autoridades investigadoras alguns elementos úteis para a descoberta da verdade, dando causa a actos ou diligências com valor probatório.⁵

In casu, como consta dos autos, nomeadamente conforme o teor dos autos de notícia constante das fls. 1183 a 1185v e das fl. 1190 a 1191v, bem assim do auto de constituição de arguido da fl. 1188, não se consta qualquer declaração formal do arguido e a sua primeira declaração só veio a ser tomada perante o Mm^o Juiz de Instrução Criminal (fl. 1234 a 1240).

E conforme a acta de audiência de julgamento, não foi procedida qualquer leitura das declarações do arguido ora recorrente, nem das doutros arguidos constituídos nos autos.

Por esta facto de inexistência das declarações forais do arguido ora recorrente, não foi posto em causa o disposto no artigo 337^o n^o 7 do Código de Processo Penal e o direito do arguido não fica de maneira alguma prejudicado.

³ Ac. do STJ de 13 de Maio de 1992, citado no Leal-Henriques e Simas Santos, Código de Processo Penal anotado, Vol II, 1996, p. 320.

⁴ Ac. de 20 de Maio de 1992, citado no M. L. Maia Gonçalves, Código de Processo Penal anotado, 1996 7^a, p.524.

⁵ Vide o Acórdão do STJ de Portugal de 29 de Março de 1995 no processo n^o 46393, também citado por Leal-Henriques e Simas Santos, Código de Processo Penal anotado, Vol II, 1996, p. 323.

Acrescenta que, se bem que tenha “a testemunha (M) referido que se deslocou aos apartamentos onde a vítima do rapto esteve detida cuja moradas obteve através declarações prestadas pelo arguido”, se trata de uma conversa informal e a polícia efectuou as diligências em conformidade com as “informações” oferecidas pelo arguido, verificando assim a verdade do facto.

Neste sentido também não foi posto em causa o disposto no nº 7 do artigo 337º do Código de Processo Penal, prejudicando o direito do arguido.

E por sua vez, a testemunha agente policial depôs o que realmente aconteceu em fase do inquérito, nomeadamente, veio confirmar as diligências procedidas do qual ele próprio tinha intervenção directa, não se tratando de uma confirmação das declarações do arguido, mas sim de depoimento do que tenha tido conhecimento directo durante o inquérito.

Pelo que é improcedente a invocação pela proibição da inquirição do mesmo agente de polícia, nem tinham fundamento para impedir que o Tribunal tomasse em consideração do depoimento da testemunha que não vise só a confirmar as declarações do(s) arguido(s).

Sendo assim, as provas obtidas do depoimento da testemunha agente de polícia, são legais, podendo ser servidas para a formação da convicção do Tribunal.

É de improceder o recurso em apreciação.

2. Recurso do Acórdão final

O recorrente levantou as seguintes questões:

- Uso de meio de prova ilegal
- Qualificação jurídica dos factos:
 - Não indicou qual alínea do nº 1 do artigo 154º ao condenar o arguido pelo crime de rapto;
 - Os crimes de extorsão e de sequestro devem ser consumidos pelo crime de rapto;
 - O crime de roubo também consome o crime de sequestro

Aqui o recorrente voltou a impugnar a questão de meio proibido de prova que já tinha sido decidido na decisão do recurso interlocutório, razão por que não voltamos a abordar o que tinha sido apreciado e passemos directamente para as questões de qualificação jurídica dos factos.

2.1. Crime de rapto

Efectivamente o arguido foi condenado pelo crime de rapto (qualificado) previsto e punido pelo artigo 154º nº 2 e 4º do Código Penal. O recorrente entende que o Acórdão deveria referir ou remeter também para o nº 1 e as suas respectivas alíneas do mesmo artigo 154º.

Reconhecemos que deveria ser um lapso do Tribunal *a quo* por não ter especificado as respectivas “intencções” elencadas nas alíneas do nº 1 do artigo 154º - um dos elementos constitutivos do crime de rapto. Afirmamos, porém, tal lapso não causaria qualquer vício para o Acórdão ou para o próprio julgamento, mas sim um mera erro de direito, que é suprível pelo Tribunal de recurso com uma nova qualificação jurídica dos factos.

Dispõe o artigo 154º do Código Penal:

“1. Quem, por meio de violência, ameaça ou astúcia, raptar outra pessoa com a intenção de

a) submeter a vítima a extorsão,

b) cometer crime contra a liberdade ou autodeterminação sexuais da vítima,

c) obter resgate ou recompensa, ou

d) constranger a autoridade pública ou um terceiro a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

2. Se se verificar alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 152.º, o agente é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

3. Se do rapto resultar a morte da vítima, o agente é punido com pena de prisão de 10 a 20 anos.

4. Se a pessoa raptada for menor de 16 anos ou incapaz de se defender ou de opor resistência, as penas previstas nos números anteriores são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

5. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do artigo 152.º”

E por sua vez, dispõe o artigo 152º nº 2:

“1. Quem detiver, prender, mantiver detida ou presa outra pessoa ou de qualquer forma a privar da liberdade é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.

2. O agente é punido com pena de prisão de 3 a 12 anos se a privação da liberdade:

a) Durar por mais de 2 dias;

b) For precedida ou acompanhada de ofensa grave à integridade física, tortura ou outro tratamento cruel, degradante ou desumano;

c) For praticada com o falso pretexto de que a vítima sofria de anomalia psíquica;

d) For praticada simulando o agente a qualidade de autoridade pública ou com abuso grosseiro dos poderes inerentes às suas funções públicas; ou

e) Tiver como resultado suicídio ou ofensa grave à integridade física da vítima.

... .”

Como se entende e resulta da lei, para haver rapto é necessário que haja tirada de um lugar para outro, com a intenção ou objectivo de extorsão, débito sexual, resgate ou recompensa, constrangimento a acção ou omissão ou ainda a sujeição a uma actividade.

No fundo, o rapto é um furto de pessoa.⁶

Dos autos, resulta provado que o arguido e outros indivíduos não identificados tiraram a ofendida da sua casa, privando a sua liberdade durante mais de um mês, e levaram para a exigência do pagamento do resgate.

Creemos que a qualificação jurídica não é de censura, que, quanto a nós, é correcta, e também reconheceu o recorrente que cometeu o crime de rapto, pois os factos dados por provados nos autos integram obviamente este crime.

⁶ Leal-Henriques e Simas Santos, Código Penal de Macau anotado, 1997, p. 419.

O que está em causa, porém, são as questões do concurso real entre o crime de rapto e o crime de extorsão e entre o crime de sequestro e o crime de roubo.

Então vejamos.

2.2. Crime de extorsão e crime de rapto

Para além do crime de rapto o recorrente foi condenado pelo crime extorsão p. e p. pelo artigo 215º nº 2 al. a) do Código Penal, com a referência do artigo 198º nº 2 al. a) do mesmo Diploma.

Dispõe o artigo 215º do Código Penal, que visa proteger o património das pessoas:

“1. Quem, com intenção de conseguir para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, constranger outra pessoa, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, a uma disposição patrimonial que acarrete, para ela ou para outrem, prejuízo, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

2. Se se verificarem os requisitos referidos:

a) Nas alíneas a), f) ou g) do n.º 2 do artigo 198.º, ou na alínea a) do n.º 2 do artigo 204.º, o agente é punido com pena de prisão de 3 a 15 anos;

b) No n.º 3 do artigo 204.º, o agente é punido com pena de prisão de 10 a 20 anos.”

Como se tem decidido nos acórdãos deste Tribunal, são elementos constitutivos deste crime:⁷

- a) emprego de violência ou ameaça, ou a colocação da vítima na impossibilidade de resistir;

⁷ Entre outros, vide o Acórdão deste Tribunal 16 de Fevereiro de 2001 no processo 206/2000.

- b) constrangimento, daí resultante, a uma disposição patrimonial que acarrete prejuízo para a vítima ou para terceiros;
- c) Intenção de conseguir para si ou para terceiro um enriquecimento ilegítimo.⁸

O que entende o recorrente é que o facto de extorsão faz parte do elemento constitutivo do crime de rapto como prevê o artigo 154º nº 1 al. a) do Código Penal.

Não obstante o reconhecimento de ser um lapso do Tribunal *a quo* no escrever do acórdão, afirmamos que o crime de extorsão pode ser consumado independentemente a consumação do crime de rapto.

Como acima se referiu, o crime de rapto exige apenas uma intenção de levar para a extorsão, na palavras de Taipa de Carvalho, “o crime de rapto não exige a consumação do ‘crime-fim’” e “se o raptor concretiza a sua intenção, responderá em concurso efectivo pelo crime de rapto e pelo ‘crime-fim’, isto é, pelo crime de extorsão, pelo crime sexual (v.g. violação), ou pelo crime de coacção”.⁹

O ponto essencial, no presente caso, consiste em se os factos também integram este “crime-fim”.

Sabemos que o crime de extorsão é um crime de resultado, e, como defende o Dr. Taipa Carvalho, o resultado consiste na prática, sob coacção, do acto de disposição patrimonial injustamente prejudicial: “quem constranger outra pessoa ... a uma disposição patrimonial que acarrete. .. prejuízo”. Relevante é, portanto, o momento em que ocorre o acto patrimonialmente danoso para o coagido ou para outra pessoa e

⁸ M. Maia Gonçalves, Código Penal Português, anotado e comentado, 10ª Edição, 1996, pp. 694 a 695.

⁹ *In* Comentário conimbricense do Código Penal, parte especial, Tomo I, 1999, p. 430.

irrelevante é, para efeitos de consumação e, portanto, também da tentativa de extorsão, o momento em que ocorre o efectivo e ilegítimo enriquecimento do extorsionário (ou de terceiro) ¹⁰.

Sabemos também que o crime de extorsão visa proteger a liberdade de disposição patrimonial, pelo que, com a entrega do dinheiro, sob coacção, logo é aquela afectada, consumando-se assim o crime de extorsão.

Resultando dos factos dados por provados, vê-se que:

- “ ..., o arguido (A) pegou à força a (W) ao seu colo e deixou a moradia juntamente com os outros indivíduos.
- Antes de saírem, o arguido (A) e outros exigiram à (G) para que preparasse dois milhões de dólares de Hong Kong a fim de resgatar a (W).
- ...
- Às 20H46 do dia 6 de Junho de 2000, um dos suspeitos que participaram na execução deste plano de rapto telefonou à casa do (D) (8xxxx4), exigindo ao (D) para que preparasse dois milhões de dólares de Hong Kong em dinheiro a fim de resgatar a (W).
- ...
- Desde que (W) foi raptada, um indivíduo de identidade desconhecida que tinha participado na execução da acção do rapto chegou por várias vezes através da via telefónica a contactar com (D) e (G) para exigir dois milhões de dólares de

¹⁰ Américo Taipa de Carvalho, *in* Comentário Conimbricense do Código Penal, parte Especial, Tomo II, dirigido por Prof. Figueiredo Dias, Coimbra Editora, 1999, p. 348.

Hong Kong, e ainda ameaçando que caso não pagasse o dinheiro mataria a (W).

- Em virtude das ameaças recebidas e também para tentar resgatar a (W), o (D) angariou quinhentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong.
- ...
- O (D) pôs os quinhentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong no interior de um saco de pano e seguiu o caminho indicado pelos indivíduos.
- Nessa dia por volta das 22H50, o (D) chegou para junto do Hotel Grande, neste preciso momento, uma motorizada com passageiro no traseiro de repente aproximou-se a beira dele, e o passageiro que vinha da motorizada imediatamente se desceu da mesma e ordenou ao (D) para que lhe entregasse o supramencionado saco de pano que continha os quinhentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong. Assim, o (D) entregou-lhe o referido saco. ...
- Os referidos indivíduos que intervieram neste plano de rapto receberam esses quinhentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong de resgate.
- ...

Embora os factos comprovativos da violência contra a ofendida ao raptar esta integrassem o crime de rapto não se podem ser qualificados mais uma vez para o crime de extorsão, bastam estes elencados factos assentes, temos factos comprovativos da exigência, com ameaça de matar a ofendida menor, o pagamento de “resgate” e do pagamento efectivo

feito pelo pai da raptada de 500 mil dólares de Hong Kong. Logo, cometerem o crime de extorsão.

Improcede o recurso nesta parte.

2.3. Crime de sequestro e crime de roubo

Nesta parte, o Tribunal entende que “não deixou o arguido de cometer 3 crimes de sequestro, tanto quantas as pessoas amarradas na casa dos ofendidos, ou seja, a mãe e a avó da criança e o porteiro. Quanto à criança o rapto de que foi alvo não deixou de consumir o crime de sequestro da mesma”. Pelo que o arguido foi condenado por um crime de roubo e 3 crimes de sequestro.

Para o recorrente, “pela matéria de facto é fácil identificar o elemento subjectivo, que não se dirige ao sequestro mas sim e tão só ao roubo: após terem amarrado as vítimas “vasculharam para encontrar dinheiro e artigo preciosos” e foi só durante o período de tempo necessário para efectuar tal operação que perdurou a impossibilidade de locomoção por parte das três vítimas”.

Dispõe o artigo 204º do Código Penal:

“1. Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

2. A pena é a de prisão de 3 a 15 anos se:

a) Qualquer dos agentes produzir perigo para a vida de outra pessoa ou lhe infligir, pelo menos por negligência, ofensa grave à integridade física; ou

b) *Se verificar qualquer dos requisitos referidos nos n.os 1 e 2 do artigo 198.º, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do mesmo artigo.*

3. *Se do facto resultar a morte de outra pessoa, o agente é punido com pena de prisão de 10 a 20 anos.”*

Podemos afirmar que, em princípio, o crime de sequestro é consumido pelo crime de roubo, quando neste se prevêem a violência e o acto de, por qualquer forma, se pôr a pessoa na impossibilidade de resistir, ideia que resultaria de o roubo, crime complexo, ter como componente a violência e a privação da liberdade que, como tal, perderiam a sua dignidade jurídico-criminal de origem.

Como entende o Acórdão da Relação de Coimbra de Portugal, “o crime de sequestro, pelo tempo em que demorou a prática do roubo, é consumido por este”, ou seja, “o crime de roubo consome, conforme os casos, os crimes de sequestro e de introdução em casa alheia cujos elementos se integram no tipo (complexo) do crime de roubo”.¹¹

Todavia, esta situação só se poderia evitar se o sequestro se tivesse esgotado como *crime-meio* em relação ao roubo (*crime-fim*).¹² Sucede-se também no caso em que as pessoas que não sejam titulares dos bens objectos de roubo foram privadas a liberdade, no decurso do roubo, como aconteceu no presente caso.

Resultando dos autos, está provado, entre outros, que:

- Após a entrada na residência, o arguido (A) e outros apontaram com pistolas à (S), (G) e (W), e disse “assalto”.

¹¹ Ac. de 22 de Outubro de 1986, citado por Leal-Henriques e Simas Santos, Código Penal Português anotado, 1996, II vol. P. 499.

¹² Vide, entre outros, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal de 11 de Dezembro de 1992.

- A seguir, o arguido (A) e outros ataram com cordas de plástico transparentes previamente preparadas as mãos e os pés da (S), (G) e (W), e vedaram ainda com adesivos os olhos e as bocas das mesmas, e de seguida começaram a vasculhar para encontrar dinheiro e artigos preciosos.
-
- Depois, o mesmo indivíduo, munido de uma arma, abriu a porta principal da moradia e com a mesma intimidando o guarda (T), obrigou-o a entrar na moradia, acabando também por atar as mão e os pés do mesmo.
- O arguido (A) e os outros receou que mais alguém aparecesse na dita moradia, por isso, tirou à força a chave da viatura da (G), e bem assim, obrigou-a a fornecer o número da chapa de matrícula (MG-51-XX) da sua viatura que se encontrava estacionada no silo do prédio em causa; e ao mesmo tempo subtraiu da (G) cinco mil e trezentos dólares de Hong Kong, setecentas patacas, um telemóvel de marca "Motorola" - V (6xxxx0), que custava cerca de cinco mil patacas, e ainda uma máquina de jogos electrónica de marca "Gameboy" que se encontrava na moradia e que custava cerca de trezentas patacas.

Com o elenco destes factos, o que nos parece é que o facto do sequestro da sua pessoa da mãe da ofendida (G) faz parte dos factos comprovativos de "meios de violência", "pondo-a na impossibilidade de resistir" - um dos elementos constitutivo objectivo do crime de roubo, porque só ela foi a vítima do crime de roubo.

Em relação a essa ofendida real do crime de roubo, existe concurso aparente com o crime de sequestro, pois trata-se de um meio necessário da execução do crime de roubo.

Deve assim o arguido absolvido de um crime de sequestro.

Tal já não sucedeu quanto à avó da ofendida menor e ao porteiro do edifício, que não foram “ofendidos” do crime de roubo, o seu direito e a sua liberdade de deslocação pessoal devem também ficar salvaguardados. Assim o sequestro deles não pode ser considerado integrado o crime de roubo, e o arguido, por violar as suas respectivas liberdades de “locomoção”, cometeu dois crimes de sequestro. Mantendo-se assim nesta parte da decisão.

Alterando tal qualificação jurídica dos factos, cumpre-se decidir a medida concreta de pena.

Mantendo-se, por entender-se serem adequadas e equilibradas, as penas aplicadas aos crimes por que o recorrente foi condenado, com a exclusão de um crime de sequestro, cumpre-se fazer novo cúmulo jurídico das penas.

Tendo em conta todas as circunstâncias nos autos, entende-se adequado fixar uma pena única e global de 12 anos e 6 meses de prisão.

Ponderado resta decidir.

Pelo exposto, acordam em conceder provimento parcial ao recurso interposto pelo arguido (A), absolvendo o mesmo de um crime de sequestro, mantendo-se as penas parcelares aplicadas aos restantes

crimes por que foi condenado, e condenar o mesmo na pena única e global de 12 anos e 6 meses de prisão.

Custas pelo recorrente com a taxa de justiça de 8 UC's.

Macau, RAE, aos 20 de Fevereiro de 2003

Choi Mou Pan (Relator) – José Maria Dias Azedo – Lai Kin Hong